



# Moeda 'expresso' em vez da saída do Euro

## Recuperação económica nos estados em crise por via de aceleração da circulação e de travão de escoamento da moeda ,Regio<sup>1</sup>

de Christian Gelleri e Thomas Mayer, Fevereiro de 2012

### Resumo

A superação da crise do Euro é possível. Um modo muito efectivo é a moeda expresso:

- Deste modo os Estados do Euro em crise podem acelerar o fluxo monetário nas suas economias nacionais (optimização da liquidez, o que leva ao crescimento económico, mais postos de trabalho, maiores receitas fiscais e mais independência em relação ao exterior.

- Os parlamentos e governos da Grécia, Portugal ou Irlanda podem eles mesmos deliberar as medidas e introduzir uma moeda 'Regio' estatal, a seguir denominada apenas de „Regio“.

- O Regio não é nenhuma moeda autónoma e independente, antes uma moeda ,adicional' do Euro, está acoplada a este e é utilizada de modo complementar a esta. Ela está coberta por meio de Euros depositados e é posta a circular pelo Estado em conjunto com o Banco Central.

- O Regio tem duas particularidades: com o impulso de circulação (taxa de uso do dinheiro) acelera-se a circulação do dinheiro, o que impulsiona a economia. Uma duplicação da velocidade de circulação do dinheiro leva a uma duplicação do produto interno bruto!

- Com o travão de escoamento -'monetário'- (taxa cambial nos câmbios em Euro) o dinheiro fica no país, fortalece a economia regional e

reduz o déficit económico.

- Com a emissão de Regios o Estado tem de imediato ao seu dispor mais cerca de 10% de liquidez e auferem com o impulso de circulação e o travão de escoamento receitas adicionais na ordem dos milhares de milhões. As pessoas de rendimento reduzido quase que não são oneradas.

- Créditos em Regio têm juros mais favoráveis que os créditos em Euros, o que facilita aos investimentos económicos.

- Em breve grande parte dos pagamentos internos seriam realizados em Regio.

- Ele fica na economia real, já que não se presta a ,produtos financeiros'.

- Os países obtêm as vantagens de uma moeda regional mas mantêm-se no Euro - o que é uma alternativa melhor que a catástrofe da saída do Euro.

A existência da moeda ,expresso' só é no entanto possível, se esta ideia atingir os responsáveis da política, da economia, dos média e das associações e for discutida publicamente. As traduções deste conceito em alemão, inglês, grego, português, etc., estão ao dispor em: [www.eurorettung.org](http://www.eurorettung.org). Envie-as a todos os que tenham relevância na introdução da moeda 'expresso' num Estado!

1) Regio - regional

## **A 'Moeda-Expresso' em vez do abandono do Euro**

Até agora tem-se discutido sempre que a Grécia, Portugal e outros países membros super endividados da zona Euro deveriam um qualquer dia abandonar o Euro, já que o mesmo será muito duro e asfixiante para estes países. O Euro forte não se coaduna com a economia débil destes países, as prestações internas são muito caras, razão porque estes países não conseguem sair da recessão, do desemprego e da redução nas receitas fiscais. O abandono da zona Euro concatenado com a implementação de uma nova moeda nacional como o Dracma, o Escudo ou a Libra irlandesa, teria como efeito uma forte desvalorização em relação ao Euro e deste modo uma redução acima de tudo dos custos laborais para um nível competitivo. Mas ao mesmo tempo todas as importações seriam mais caras e inacessíveis para pessoas de rendimentos reduzidos. Como as dívidas acumuladas são em Euro, estas explodiriam em relação com a moeda nacional, obrigando os Estados, que abandonassem a zona Euro, a um corte radical nas dívidas. A confiança dos credores estrangeiros iria derrocar completamente. Há que referir no entanto, que actualmente a confiança já não é muito grande e mantem-se somente graças às garantias que os países mais solventes suportam.

O abandono do Euro e a bancarrota do Estado é muito arriscado e pode fazer uma economia regredir dezenas de anos. Há de facto exemplos bem-sucedidos, como a Argentina, que depois de 2002 conseguiu recuperar relativamente depressa. Mas há muitos outros e numerosos exemplos, a que se seguiu uma longa recessão por muitos anos. Além disso o abandono de um país poderia desestabilizar toda a zona Euro e originar grandes problemas noutros países.

A questão fundamental é no entanto que os Estados não aprendem com a experiência. Eles recomeçam a fazer novas dívidas e passados alguns decénios eilos de novo num buraco de dívidas. A Grécia repete este processo uma e outra vez. Nos últimos 200 anos a Grécia esteve cinco vezes insolvente. Durante metade deste período, quer dizer durante 100 anos, a Grécia sofreu grandes problemas financeiros. Outros países não estarão melhor. Nos últimos 400 anos a

Alemanha esteve oito vezes falida, quer dizer, em média todos os 50 anos.

Há uma alternativa melhor do que um abandono do Euro: uma aceleração da circulação e um travão de escoamento monetário poderiam além disso impulsionar a economia nacional - sem novo endividamento e sem subsídios externos. A auto-suficiência e a auto-responsabilidade dos países em crise predominariam em vez de uma dependência cada vez maior do exterior. Mais transacções levariam a mais emprego, à redução do déficite comercial, à redução das despesas sociais e ao aumento das receitas fiscais. A ideia base é: se não é possível injectar mais dinheiro na economia, porque ele se esgota de imediato com importações ou fuga de capital, então há que fazer melhor uso do dinheiro disponível, o que na língua económica significa a optimização da liquidez, ou na língua comum a moeda 'expresso'.

### **Aumento da procura interna através de impulso de circulação**

A Grécia, Portugal, a Espanha e outros países do Euro encontram-se numa espiral negativa de recessão. Na sequência da crise económica o fluxo monetário reduziu-se com os necessários cortes estatais e a contenção de compra dos consumidores. Os fluxos de bens e serviços reduzem-se em conformidade. Na sequência há mais despedimentos de mão-de-obra e redução de receitas fiscais - uma espiral negativa que se reforça a si mesma. O desemprego juvenil nestes países atinge entretanto uma taxa arrepiante de 40%! Uma vez que programas conjunturais financiados com endividamento já quase que não são possíveis, restam as reformas estruturais da economia, da administração e também do sistema monetário - é aqui que age a moeda 'expresso'.

A recessão significa que se vende menos e que as facturas são pagas com atraso. Deste modo o fluxo monetário retarda-se, análogo ao congestionamento de trânsito numa auto-estrada. O dono da loja vê o volume de vendas diminuir e não pode pagar as facturas dos fornecedores, e por isso o fornecedor não pode pagar aos seus empregados, que não podem pagar a renda da casa, e os arrendatários não podem pagar os seus impostos, o Estado não pode

pagar aos seus fornecedores, etc., etc.. Se se conseguir que tudo se acelere dissolve-se o congestionamento.

Os Estados devem por isso - em complemento do Euro existente - introduzir uma moeda Regio, provida de um impulso de circulação. Impulso de circulação quer dizer, que para o uso da moeda Regio é cobrada uma taxa. Assim como hoje em dia se cobram juros pelos saldos negativos nas contas de depósitos à ordem, haveria então uma taxa pelos saldos activos líquidos, mas que não se aplicaria aos depósitos de poupança a longo prazo.

### **Duplicação do produto nacional bruto com a duplicação da velocidade de circulação do dinheiro**

O impulso de circulação impele todas as pessoas privadas, todas as empresas e todas as instituições estatais a despendem mais rapidamente o seu dinheiro líquido, para evitar o pagamento do impulso de circulação. Do mesmo modo como uma taxa de juros elevada leva a tentar evitar um saldo negativo na conta de depósitos à ordem, o impulso de circulação levará a evitar um saldo activo elevado. Deste modo aumenta a velocidade de circulação do dinheiro. Se durante um ano o montante de 10.000,00 Euros for despendido e recebido cinco vezes, origina-se um volume económico de 50.000,00 Euros. Se se duplicar a velocidade de circulação origina-se com o mesmo dinheiro um volume de 100.000,00 Euros, com a correspondente procura de bens e serviços. Uma duplicação da velocidade de circulação do dinheiro - tanquanto tenha lugar na economia real e as correspondentes capacidades disponíveis existam - origina uma duplicação do Produto Nacional Bruto!

Com o impulso de circulação todo aquele que tenha um saldo activo pretende despendê-lo o mais depressa possível, como no jogo "Schwarzer-Peter" (*'da fava'*). Deste modo o dinheiro é conduzido em direcção a bens. Este fluxo estabilizado de dinheiro suporta um fluxo contínuo de bens e serviços e permite que estes cresçam continuamente até ser atingido um nível satisfatório e o desemprego diminua em conformidade.

Com o impulso de circulação aumenta assim a procura interna, por via de uma utilização mais rápida e

eficiente do dinheiro disponível, independentemente das medidas de poupança do Estado. Até agora o Banco Central tenta reactivar a economia com o aumento da quantidade de dinheiro - diminuindo as taxas de juros directoras, disponibilizando créditos ilimitados aos bancos comerciais e adquirindo obrigações do Estado. Uma grande parte do dinheiro flui para a economia financeira, onde causa rapidamente agitações. Pouco depois da aplicação destas medidas a economia real padece de novo de falta de dinheiro. O objectivo da estabilização e do reforço da economia real pode ser mais bem realizado com uma aceleração do fluxo monetário.

### **Fortalecimento da produção interna através do travão de escoamento 'monetário'**

A aceleração do fluxo monetário só pode suceder, se o espaço monetário for protegido do escoamento excessivo de liquidez. Senão, para evitar o impulso de circulação, bastaria apenas transferir os saldos activos para o Euro ou para o estrangeiro. Do mesmo modo haveria um reforço extremo de importações. O déficit comercial da Grécia em 2011 avalia-se em 12,3% do PNB, o de Portugal em 9,7% do PNB. O objectivo tem de ser um balanço comercial equilibrado através do reforço da produção interna e da procura de produtos internos.

Por esta razão é necessário um travão de escoamento. Isto quer dizer, que para um câmbio de Regio em Euro e para uma transferência para o estrangeiro haverá que pagar por exemplo 10%. Qualquer um vai pensar se não valerá antes a pena deixar o seu dinheiro na Grécia ou em Portugal, de o despendem ali ou de o aplicar numa conta poupança local. As transferências do estrangeiro para a Grécia ou para Portugal naturalmente que não estão sujeitas a qualquer taxa, porque o fluxo de dinheiro é necessário e bem-vindo.

Um travão de escoamento reforça a economia regional, já que esta taxa não se aplica ao pagamento de bens internos, mas é aplicável a todos os bens estrangeiros importados. Os comerciantes fazem repercutir o travão de escoamento no preço de venda e com isso os bens estrangeiros são mais caros do que os bens produzidos no próprio país. Assim estimula-se a produção interna.

### **Travão de escoamento em vez de déficit comercial**

Esta preferência da produção interna grega ou portuguesa é mais do que necessária, tendo em conta o enorme déficit comercial. Estes países só podem sair do buraco do endividamento, quando o balanço comercial estiver de novo equilibrado. Um balanço comercial negativo significa sempre, que um país se tem de endividar no estrangeiro, para poder adquirir os bens estrangeiros. Neste ponto os Estados do Euro divergem imenso uns dos outros. Em 2011 tiveram um excedente no saldo da balança de transacções correntes, em percentagem do Produto Interno Bruto: a Alemanha de 5,8%, a Holanda de 5,1%, a Áustria e a Bélgica de 3,2% e a Finlândia de 2,5%. Em contrapartida tiveram um menos bem claro: a Grécia de -12,3%, Portugal de -9,7%, a Espanha de -4,5% e a Itália de -3,5%. (Fonte: BCE, „Eurostat“, „Wirtschaftswoche“ de 31.1.2012). Tais diferenças na balança das transacções correntes, sem a possibilidade de alterações da taxa de câmbio, são, a manterem-se, veneno para conjuntura, e conduzem a um endividamento e a tensões financeiras. Balanços comerciais negativos podem ser compensados com um aumento das exportações, com a transferência de divisas dos países com excedentes para os países deficitários ou com a redução das importações - é aqui, neste terceiro ponto, que se aplica o travão de escoamento.

Em geral as economias compensam-se normalmente por alterações das taxas de câmbio e diferenças nas taxas de juros, nas taxas de impostos, nas taxas de inflação e nos níveis salariais. Com a introdução do espaço comum Euro estes mecanismos de regulação foram praticamente anulados, sem que se tenham instalado novos mecanismos para compensação de desequilíbrios. Esta é uma causa da actual crise do Euro. O travão de escoamento é um meio para reparar este vício fundamental da concepção.

Argumenta-se para a saída da Grécia ou de Portugal do espaço Euro, que então o novo Dracma ou o novo Escudo poderiam ser fortemente depreciados e que as exportações seriam então mais baratas e as importações mais caras. Mas bens, matérias-prima e

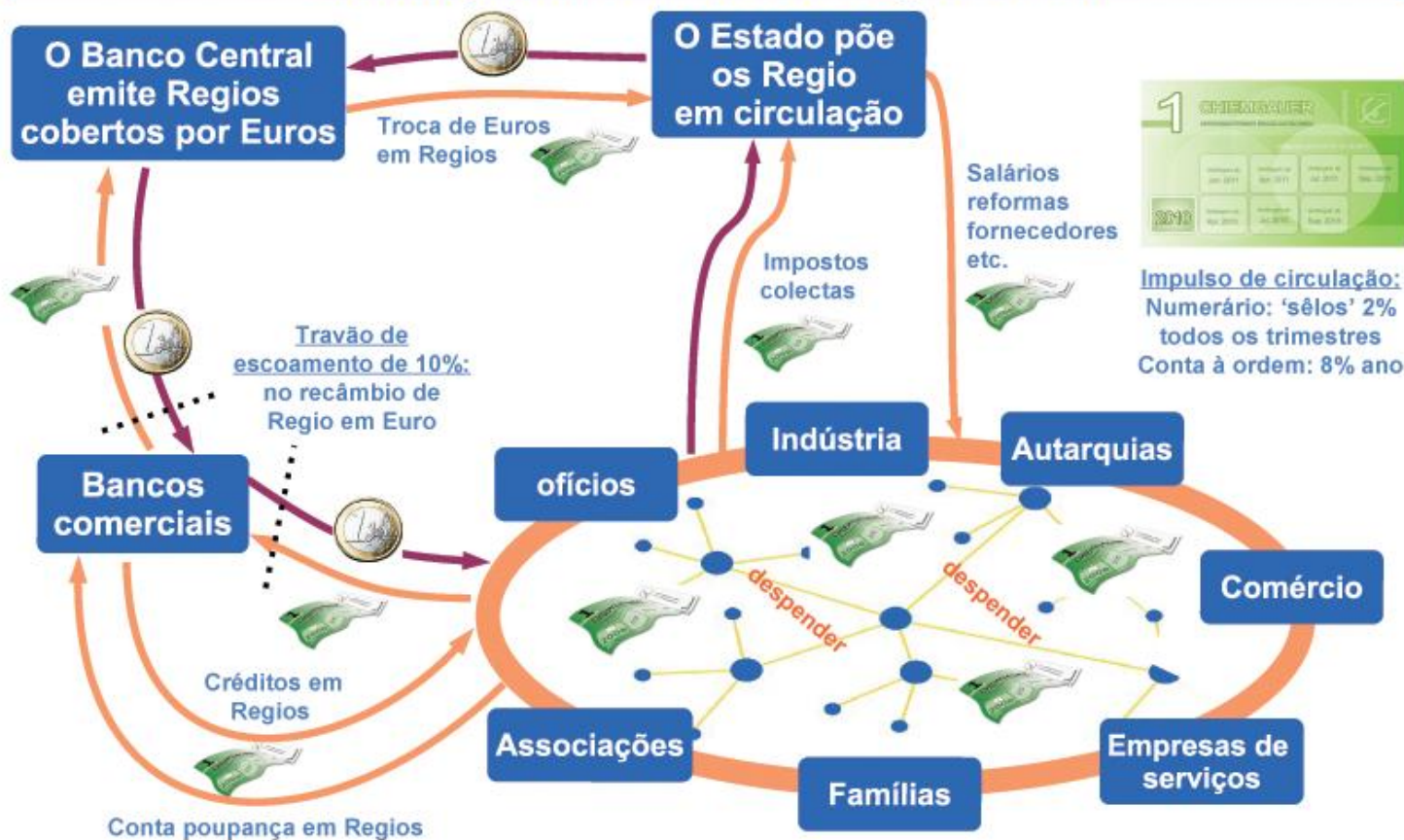
petróleo, de necessidade fundamental, seriam com isso muito caros. A carga seria suportada por empresas e pela gente miúda. O travão de escoamento produz em contrapartida um aumento moderado do custo das importações. A Grécia e Portugal poderiam manter-se no sistema Euro e beneficiar dos proventos de uma moeda forte.

É claro que um travão de escoamento se repercute negativamente para os países exportadores, e por isso haverá protestos de grupos de interesse, que irão censurar o ataque ao comércio livre e argumentar “protecionismo”. Mas o comércio livre significa também balanços comerciais equilibrados. De outro modo desenvolve-se um endividamento desmedido, que a longo prazo leva a uma expropriação dos exportadores. Por exemplo, serviços prestados decénios a fio pela Alemanha são desvalorizados por transferências de pagamentos, por garantias e por último por um corte nos débitos. O princípio da liberdade comercial lecionado pela teoria comercial e vivido pela política tem de ser repensado, havendo que introduzir mecanismos de controle para o balanço comercial, que levem a um equilíbrio das trocas mundiais de transacções. Um meio relativamente simples é a referida taxa sobre o escoamento financeiro.

### **O dinheiro fica no país**

Só com um travão de escoamento é que as subvenções e as ajudas de desenvolvimento do estrangeiro também podem suceder. Porque o dinheiro aduzido fica então no país e reforça a economia. Sem travão de escoamento o dinheiro esvai-se quase de imediato. Este foi, por exemplo, um erro feito aquando da reunificação da Alemanha: os milhares de milhões de ajudas de desenvolvimento e despesas sociais do Oeste foram utilizados no Leste para o consumo e retornaram muito em breve para o Oeste. Depois da transição a Alemanha do Leste foi invadida por cadeias comerciais do Oeste, que não ofereciam quase nenhum produto do Leste. Empresas locais desapareceram deixando um vazio na economia do Leste, de que resultou uma taxa de desemprego elevada. Se a capacidade de compra não fica na região, então as ajudas de desenvolvimento necessárias são como um poço sem fundo, onde apesar de se despendem

# Moeda 'expresso' em vez de saída do Euro: Circulação de uma moeda Regio estatal



milhões e mais milhões, a capacidade de compra desaparece num ápice, sem que se forme uma estrutura económica viável. Mas é fundamental a existência de uma economia regional, com pequenas e médias empresas, para que uma região se desenvolva à própria custa e não se mantenha em dependência contínua de ajuda.

## A moeda Regio estatal

Aconselhamos, para além do Euro existente, a emissão de uma moeda Regio estatal com impulso de circulação e com travão de escoamento. Estes podem ser implementados de imediato pelo parlamento e governo da Grécia, de Portugal, da Irlanda ou da Espanha, para dirigir o respectivo país para fora da crise. No que respeita à estrutura tomamos a seguir como referência o "Chiemgauer", a maior moeda Regio da Europa ([www.chiemgauer.info](http://www.chiemgauer.info)).

Na base desta proposta estão numerosas experiências com moedas complementares que existem paralelamente ao dinheiro do banco central. A moeda

complementar mais importante do mundo é o "WIR-Wirtschaftsring" (*CIE – Círculo económico*) na Suíça, com cerca de 67.500 contas (cerca de 15% das empresas comerciais) e com um volume anual de Transacções-"WIR" de 1,63 mil milhões de CHF (2002). Há sistemas "Barter", sistemas "City-Card" e muitas moedas regionais ([www.regiogeld.de](http://www.regiogeld.de)), emitidas por associações e organizações económicas. A emissão de dinheiro electrónico é regulada por uma directiva da UE. A ideia de um impulso de circulação existe também para dinheiro do banco central. Em virtude da enorme procura de Francos suíços seguros discute-se actualmente na Suíça a introdução de um imposto negativo sobre saldos activos de estrangeiros em Francos, como o houve já nos anos setenta, de modo a enfraquecer a forte taxa de câmbio do Franco.

## Emissão pelo estado e moeda legal

A moeda Regio, a seguir denominada de Regio, é regulado por uma lei e é emitido pelo banco central

do Estado como 'moeda legal' complementar. O Banco Central da Grécia ou de Portugal organizam a emissão conjuntamente com as suas outras obrigações no âmbito da União-Euro. O estado troca no Banco Central Euros em Regios e distribui-os ao efectuar o pagamento de salários, de prestações sociais e de facturas de fornecedores. Com os pagamentos do Estado são postos a circular continuamente novos Regios. Ao mesmo tempo o Estado recebe Regios para liquidação de impostos e colectas públicas. E por isso ninguém tem problemas em livrar-se dos Regios recebidos, mas cada um é livre de pagar em Euros ou em Regios. As empresas também podem pagar aos seus empregados e fornecedores nacionais em Regios. Espera-se no entanto que cada um gaste primeiro os Regios, antes de pagar com Euros.

### **A provisão de Euros**

O Regio tem o mesmo valor que o Euro. As lojas não precisam de marcar duas vezes os preços, o que seria oneroso. Todas as facturas continuam a ser emitidas em Euros, apesar de poderem ser pagas em Regios. O Regio é uma moeda complementar 'sub-alterna' do Euro e não uma moeda autónoma sujeita a alterações de taxa de câmbio.

Esta ligação estrita ao Euro é garantida com uma cobertura em Euros, quer dizer que o Estado paga pelos Regios emitidos o mesmo montante em Euros para uma conta no Banco Central. Deste modo cada um sabe que atrás do Regio, para além de um estado endividado e em vias de insolvência, existe também um Euro forte e real, em que ele pode cambiar o Regio junto do Banco Central. Deste modo cria-se a confiança necessária no Regio.

Em princípio o estado também podia emitir o Regio sem a cobertura do Euro, e teria estes Euros para dispor adicionalmente. É uma questão de confiança. O depósito de Euros aquando da introdução no mercado facilita a confiança na moeda. Que diriam por exemplo os funcionários do estado, se para além de cortes nos ordenados fossem pagos com dinheiro sem cobertura, do qual eles não saberiam quanto valeria uma semana depois, quando fosse público o próximo déficit financeiro? É de crer que o Banco

Central Europeu viesse a contestar, já que a emissão sem cobertura do Regio representaria um aumento da massa monetária, cujo controle lhe seria sonogado. Mas se por cada Regio for depositado um Euro no Banco Central, então a massa financeira mantém-se constante.

### **O Regio como dinheiro de conta à ordem e como numerário**

Cada titular de uma conta à ordem em Euros recebe também uma conta à ordem em Regios com um cartão correspondente, com o que, sem problemas, pode efectuar pagamentos electrónicos. Para acelerar a introdução no mercado os bancos comerciais deviam efectuar isto automaticamente para cada conta à ordem em Euros com um determinado volume anual. Para os clientes eles mesmos tal é gratuito. A abertura e a escrituração de conta é financiada pelas receitas gerais do impulso de circulação.

Mas o Regio, como dinheiro de conta, não basta, porque as pessoas estão habituadas ao dinheiro em numerário. Na Grécia, por exemplo, 70% das transacções do comércio de retalho são pagas em numerário (Fonte: BCE), independentemente do facto de as facturas de valor superior a 1.500,00 Euros deverem por lei ser pagas em dinheiro electrónico, de modo a evitar a evasão fiscal. Por isso o banco central deve imprimir notas de Regios e pô-las a circular por intermédio dos bancos comerciais. A longo prazo poder-se-ia então obter Regios nas caixas automáticas e Euros só no balcão dos bancos.

Moedas em Regio não são necessárias. As moedas de Euros podem simplesmente ser combinadas nos pagamentos e nos trocos com notas de Regios. Em princípio os Regios também podem ser disponibilizados como cartão de débito, quer dizer, no chip de um cartão é debitado um determinado valor, com que se paga, sem que se façam lançamentos individuais na conta à ordem. Seria também possível um porta moedas com técnica moderna como as dos „smartphones“. Mas nos últimos anos os cartões de débito não tiveram a aceitação esperada dos consumidores e não vieram substituir o numerário. Por isso faz sentido, no princípio, uma concentração no numerário em Regios e nas contas à ordem.

### **Impulso de circulação para o dinheiro de conta - nenhum impulso de circulação para as contas poupança**

Sobre todos os saldos activos das contas à ordem em Regios é cobrado um impulso de circulação de 4% a 12% ao ano. O valor exacto é definido pelo banco central no âmbito do controle monetário corrente. Este não deve ser muito elevado na altura da introdução, para que o público em geral não se entregue a uma agitação, como aquando de uma hiper-inflação. Mas ele deve ser bem perceptível, para que leve ao aumento de gastos, mesmo em tempos económicos difíceis. Para isso sugerimos a introdução uma taxa de impulso de circulação de oito por cento ao ano. O "Chiemgauer" obteve bons resultados com este valor. Em dependência da estabilidade da economia ele pode ser reduzido de novo.

Para além das contas à ordem os bancos oferecem também contas poupança em Regios. Para as contas poupança com um prazo de um ano não é aplicado o impulso de circulação. Poupar e preservar o valor é possível e recompensado com o Regio. Qualquer um pode excluir o seu dinheiro do impulso de circulação por meio de uma conta poupança. Este dinheiro pode então ser emprestado pelos bancos a outra pessoa.

O impulso de circulação é calculado e retido mensalmente pelos bancos como até agora os juros para os saldos activos. Isto é possível com uma simples reprogramação do 'software' dos bancos, onde em lugar de um sinal de mais, para os juros positivos, se ajusta um de menos, para os juros negativos. Quer dizer, o impulso de circulação é calculado ao dia exacto, a escrituração ocorre automaticamente através dos estratos bancários da conta. Os bancos transferem as receitas para o Estado, depois de terem descontado as respectivas despesas de manutenção de conta. O impulso de circulação também é aplicado às próprias contas dos bancos comerciais, para que também estes sejam motivados a manter o Regio em circulação.

### **Impulso de circulação sobre o numerário**

Para o numerário propomos uma técnica de 'sêlos' como a do „Chiemgauer". Trimestralmente é colado um 'sêlo', uma marca, no valor de 2% do valor nominal. Há quatro datas de valorização : 1 de Janeiro; 1 de Abril; 1 de Julho e 1 de Outubro. Para uma validade de dois anos as notas têm oito espaços para sêlos de valorização. O primeiro já se encontra impresso. O impulso de circulação torna o entesouramento de numerário inatractivo, já que não se presta para a acumulação de dinheiro 'sujo'. Todos os utentes do dinheiro desejam despende o dinheiro o mais rápido possível. O numerário não se prestaria como 'meio de acumulação de valores', sendo apenas utilizado para compras e ofertas. Deste modo obtém-se uma constante velocidade elevada do dinheiro. A valorização do numerário em Regio nos bancos comerciais também é necessária, para que não se interrompa o impulso de circulação.

O professor de economia Gregory Mankiw fez uma proposta interessante no "New York Times". É sorteada a última cifra do número de série e todas as notas de banco com esta cifra têm de ser trocadas, com um desconto, por novas notas. O risco de uma perda de valor teria como consequência, que ninguém teria mais vontade de acumular grandes quantidades de numerário e que será preferível despende as notas do que as manter. Se se apurasse uma redução na circulação de notas de quinhentos e de duzentos Euros, podiam-se chamar estas à troca. A desvantagem é que só se reagiria, quando se apurasse uma redução da velocidade de circulação. Para os teóricos do jogo o efeito da surpresa de uma lotaria é provavelmente mais emocionante do que a técnica regular da colagem de 'sêlos'. Para a prática aconselha-se no entanto um método claramente previsível e rítmico, que depois de uma certa fase de adaptação fosse compreensível para os utentes do numerário. Os 'sêlos' são emitidos pelo Banco Central, e podem ser adquiridos como os sêlos postais nos correios e nos bancos. No correr do tempo todos os utentes de numerário terão tido o "Schwarzen Peter" (*a fava*) e aprendido a evitar as taxas com uma quantidade reduzida de numerário.

## **Câmbio para o Euro e travão de escoamento**

O Regio pode ser cambiado oficialmente em Euros com uma taxa de câmbio de 10% (travão de escoamento). Por 100 Regios recebe-se pois 90 Euros. As empresas podem efectuar claramente as suas calculações. Quanto mais depressa uma empresa der os seus Regios a uma outra, menores são as taxas de câmbio. Os produtores e os prestadores de serviços internos recebem um tratamento preferencial. Se uma empresa tem muitos Regios, ela pode trocá-los num banco comercial em Euros contra o pagamento de uma taxa de 10%, e liquidar assim, por exemplo, bens importados. Os bancos comerciais só cobram o travão de escoamento quanto for feita uma transferência de uma conta em Regios para uma conta em Euros ou quando forem levantados Euros em numerário de uma conta em Regios. Nas transferências de uma conta em Euros para uma conta em Regios, ou de uma conta em Regios para uma outra conta em Regios, ou no depósito de Regios numa conta em Regios, não são cobradas taxas.

Os bancos comerciais podem trocar os Regios em Euros no Banco Central, também contra o pagamento de uma taxa de 10%. Estas receitas aumentam o lucro do Banco Central. Com a troca em Euros acumulam-se constantemente Regios no Banco Central, que os reencaminha para o Estado, quando este precisa de Regios, para efectuar pagamentos internos.

Se o Banco Central apura, que a quantidade de dinheiro em Regios decresce constantemente, porque se cambiam mais Regios em Euros do que os que o Estado emite, então seria causa para elevar o travão de escoamento. A determinação da taxa de travão de escoamento compete ao Banco Central, que é o responsável pela orientação monetária corrente.

As moedas complementares existentes apresentam também ciclos fechados, que não prevêm qualquer câmbio na moeda principal. Tal não seria adequado para uma moeda Regio estatal, que servisse de meio de pagamento legal. Sem a possibilidade de câmbio as empresas estariam obrigadas a implementar um controle duplo de liquidez, e só estariam em condições de aceitar Regios numa determinada quota. O círculo económico 'WIR' suíço não prevê um câmbio

de 'Francos-WIR' em Francos suíços, pelo que as empresas em geral só aceitam 40% de uma factura em 'Francos-WIR' e 60% têm de ser liquidados em CHF. Isto funciona, porque no 'WIR' as empresas pagam-se reciprocamente com facturas grandes; no comércio retalhista, com clientes finais e valores pequenos, tal seria muito difícil. Um câmbio em Euros é também necessário, porque de outro modo se desenvolveria um mercado negro.

## **Contas poupança em Regio e créditos em Regio**

Regios podem ser poupados tal como Euros. As contas poupança com um prazo legal de pelo menos um ano não estão sujeitas ao impulso de circulação. Este cabe ao banco suportar, e por isso ele vai oferecer uma taxa de juros bancária mais reduzida do que a das contas poupança em Euros. Se e quanto é que o banco paga pelas contas poupança em Regios, isso depende da oferta e da procura. Os depositantes estarão satisfeitos de poder 'estacionar' o dinheiro gratuitamente. No Regio a recompensa para a poupança é a estabilidade de valores e não a taxa de juros.

O banco vai cuidar de que os Regios livres de impulso poupados sejam postos rapidamente à disposição de mutuários. Como os bancos recebem deste modo poupanças sem juros e não têm de suportar custos de refinanciamento, eles podem conceder créditos em Regio com correspondentes juros reduzidos. As receitas dos juros servem apenas a cobertura dos riscos de perdas de créditos e dos custos administrativos. Não há qualquer custo com o refinanciamento do dinheiro. Deste modo os juros de crédito em Regio serão preferíveis aos créditos em Euro.

E o que é que o banco pode fazer, se a procura de créditos em Regio superar os montantes das contas de poupança depositados? O banco troca os Regios dos clientes em Euros e pode oferecer os Regios trocados para crédito, mas tem naturalmente que refinar os Euros utilizados para tal. Os bancos comerciais também podem pedir Regios emprestados junto do Banco Central. Se este, para além do Estado, também pode servir os bancos comerciais, isso é uma decisão que lhe cabe, no âmbito da sua competência de orientação monetária.



## **O Regio vai cobrir uma grande parte do sistema de pagamentos interno**

Já que, por causa do impulso de circulação e do travão de escoamento, o Regio, em comparação com o Euro, é o dinheiro pior, despende-se primeiro os Regios, antes de se fazer uso de activos em Euros. Deste modo o Regio vai assumir uma quota cada vez maior no sistema de pagamentos interno. O Euro por seu lado servirá então acima de tudo para a conservação de valor e para os pagamentos externos. O Regio não vai ter nenhum 'produto financeiro', quer dizer, o Regio não pode emigrar para a economia financeira, e permanece na economia real e mantém-na com liquidez.

## **A comunicação pública é tão importante como a alteração das regras**

Como o objectivo do impulso de circulação e do travão de escoamento é a alteração do modo de comportamento dos utentes, a comunicação pública é primordial. O sentido e a intenção positiva, como ajuda para a auto-ajuda, devem ser transmitidos de modo compreensível. Acima de tudo a classe média pode tirar proveito.

## **Activos elevados são onerados**

Uma vez que o impulso de circulação recai apenas sobre activos correspondentes, só as contas com activos elevados é que são acima de tudo oneradas. Os que já não têm dinheiro nenhum não pagam nada. Um trabalhador médio que despenda rapidamente o seu rendimento mensal de 1.500,00 Regios pagará por mês cinco ou dez Regios de impulso de circulação. Quem atesourar um milhão de Regios durante um ano é onerado com 80.000,00 Regios.

## **Mais liquidez e receitas em milhares de milhões para o Estado**

Com o impulso de circulação e o travão de escoamento o Estado beneficia de receitas adicionais em milhares de milhões, com que pode reduzir as suas dívidas. O mais interessante nestas taxas é que cada cidadã, cada cidadão e cada empresa pode impedir o seu pagamento com uma alteração do comporta-

mento. Basta despende o dinheiro depressa e no próprio país, ou depositá-lo a longo prazo. Isto faz tudo ser mais suportável. Trata-se de uma taxa que não onera o circuito económico, antes o impulsiona!

Com que receitas adicionais é que se pode contar para o Estado? Para o pressuposto de uma velocidade de circulação de 10 por ano é necessário um montante de 20 mil milhões de Euros, para originar um Produto Interno Bruto de 200 mil milhões de Euros. (O PIB da Grécia foi em 2011 de cerca de 217 mil milhões, o de Portugal de cerca de 170 mil milhões). 20 mil milhões vezes 8% impulso de circulação corresponde a 1,6 mil milhões por ano.

Para um travão de escoamento de 10% recaem dos 20 mil milhões de Regios emitidos 2 mil milhões. Estes estão ao dispor do Estado com a emissão dos Regios. Já que na sequência do travão de escoamento por 100 Regios se recebem 90 Euros o Estado, para garantia de cobertura, só precisa de depor no Banco Central 90 Euros por cada 100 Regios emitidos. Isto significa que o Estado pode financiar a emissão de 20 mil milhões de Regios com 18 mil milhões de Euros, e tem assim de imediato um aumento de 10% da liquidez ao dispor. Isto corresponde a uma 'disposição prévia' das receitas de travão de escoamento que se produzem, quando mais tarde os Regios forem recambiados em Euros. As receitas de travão de escoamento são tanto maiores quantos mais Regios forem trocados em Euros para, por exemplo, importações do estrangeiro ou para o pagamento de amortizações de créditos em Euros.

## **Sobre a admissibilidade jurídica**

Crises extraordinárias requerem soluções extraordinárias. Uma vez que até agora não há nenhuma moeda Regio estatal também ainda não existe nenhuma legislação ou jurisprudência sobre o mesmo. Por isso o parlamento nacional deveria regular a moeda Regio estatal com uma simples lei, e autorizar o Banco Central à sua emissão.

O Direito da UE também tem de ser considerado. Os acordos da UE existentes sobre o sistema do Euro mantêm-se válidos, mesmo com a existência de mais uma moeda complementar. Além disso o Direito da

UE prevê por princípio a moeda complementar, e regula o dinheiro-electrónico na Directiva de moeda electrónica. Bancos comerciais, e desde 2002 também institutos de dinheiro-electrónico, podem emitir moeda electrónica própria, desde que estas possam ser cambiadas em Euros.

Não é de excluir que, aquando da introdução de uma moeda Regio estatal, se perceba, que ela contraria qualquer parte do Direito da UE, o que é comum às novas invenções jurídicas, e neste caso há que buscar uma solução ou adaptar o Direito da UE em conformidade. O travão de escoamento pode, por exemplo, ser ajuizado como uma distorção da concorrência. Mas, em virtude da situação de emergência a UE deveria tolerar estas medidas monetárias ou, melhor ainda, fomentá-las expressamente com um projecto modelo. Se a moeda Regio funciona e a economia do país cresce de novo, então todos os políticos da UE vão limpar o suor da testa, expirar longa e profundamente e prescindir provavelmente de um processo de concorrência da UE. Com o travão de escoamento corrige-se uma falha da concepção do sistema Euro, que não prevê mecanismos suficientes para a compensação das diferentes economias. O Direito da UE deve pois ser alterado de tal modo, que o sistema Euro preveja, a partir de um determinado déficite comercial, a activação de um travão de escoamento, para obter uma compensação eficaz.

### **O plano de emergência: o Euro com acelerador de circulação e regulador de escoamento**

Nós aconselhamos os estados da zona Euro em crise a introduzir uma moeda Regio estatal. Esta iria complementar ou até substituir o Euro no sistema de pagamentos interno. Mas infelizmente novas ideias não são sempre compreendidas e implementadas. Que fazer, se um país não introduzir a moeda Regio e o desemprego e a miséria, as tensões financeiras e os protestos da população aumentarem, a insolvência do estado se anteveja e o país desista por isso e abandone o Euro? Que fazer, se o 'pior acontecer' e agora os representantes do Governo, do Banco Central, do Banco Central Europeu (BCE), da UE e do FMI se tiverem de reunir secretamente em ses-

sões noturnas, para preparar a saída do Euro? Então seria bom, que alguém tivesse este conceito no bolso e procedesse à leitura deste plano de emergência:

Já que se perdeu a oportunidade de introduzir uma moeda Regio, e como já não há mais tempo a perder, e algo tem de acontecer em pouco tempo, as regras do Euro vão ser alteradas no Estado em crise, que compreende de imediato a totalidade da sua economia. Isto não pode ser deliberado pelo Parlamento e pelo Banco Central nacionais, mas somente pelo BCE, que não tem poderes legais explícitos para tal. Mas argumentos jurídicos não teriam agora qualquer importância, uma vez que o abandono de um estado da zona Euro também não está previsto, e representaria uma infracção ainda maior. Uma saída do Euro seria acima de tudo um estrondo imenso, e causa de muitas insolvências, medidas de salvamento e de muito pânico.

Em contrapartida este plano de emergência permite agir de modo ordenado, ninguém ficaria por isso insolvente, as tensões financeiras seriam reduzidas, e se não fosse suficiente, então ele pode ser ajustado, continuamente. Estas são vantagens decisivas. Por esta razão determina-se na reunião de crise secreta:

- sobre todos os montantes activos de contas à ordem e de contas de 'dinheiro diário' nos bancos estabelecidos no estado em crise é cobrado um impulso de circulação de 10% ao ano, de 5% ao ano para contas de poupança a prazo de três meses, e de 0% para as contas de poupança a prazo de um ano.
- por cada transferência para uma conta à ordem estrangeira é cobrado um travão de escoamento de 15%, aplicável também para a 'transmissão' de títulos para a custódia de um banco estrangeiro.
- no estado são distribuídas novas notas de Euros, que têm de ser valorizadas trimestralmente com 'sêlos' de valorização. Os bancos comerciais são obrigados numa determinada data de valorização a trocar a totalidade das suas existências. Estas novas notas de Euros não necessitam de travão de escoamento, uma vez que ninguém no estrangeiro as quer ter.
- os bancos remetem as receitas do impulso de circulação e do travão de escoamento para o Estado.

Deste modo cria-se um Euro de segunda-classe, o Euro do país em crise é depreciado e o dinheiro circula mais depressa, o que activa as faculdades auto-regenerativas económicas. A saída do Euro actual poderia ser também a entrada num Euro com regras especiais. Este é um plano com problemas legais, e a moeda Regio estatal é melhor, já que cada país a pode introduzir.

### **Medidas complementares**

Uma moeda Regio estatal só pode desenvolver plenamente os seus efeitos, se for secundada de diversas outras medidas. O objectivo primordial é o reforço do valor acrescentado regional e assim possibilitar a força de iniciativa e a criatividade das pessoas. A totalidade da política económica do Estado deve estar orientada para este objectivo. Eis de seguida alguns pontos, muitos mais são discutidos publicamente :

- o fornecimento energético regenerativo local, com instalações solares ou de gás de lenha, tornam os países independentes de importações de petróleo e gás e alivia a balança comercial.
- a compostagem melhora a qualidade das superfícies agrícolas sem o recurso a adubos químicos caros e garante o fornecimento local de alimentos.
- a introdução do sistema dual de formação profissional, quer dizer, a formação profissional não só na escola mas acima de tudo na empresa, o que permite uma aprendizagem pragmática permitindo melhores condições no acesso profissional.
- a implementação de círculos de troca e de sistema „Barter“ (*troca de bens por bens*) entre as empresas permite obter receitas adicionais.
- para permitir que os estados possam sair do buraco do endividamento deve ser proferido a nível da UE um 'Pacto de Desendividamento de Estados', de modo a permitir por fim uma amortização das dívidas com juros de poupança (um conceito detalhado pode ser consultado sob: [www.eurorettung.org](http://www.eurorettung.org)).
- etc..

### **Como é o impacto da moeda ,expresso'?**

O impacto que uma moeda Regio estatal possa ter só pode ser avaliado muito por alto e depende de diversos e numerosos factores. A velocidade anual de circulação do "Chiemgauer" foi em 2011 de 11,3 e assim quase três vezes mais rápida do que os 4,4 do Euro na Alemanha. Suponhamos que, depois de uma fase de introdução, o Regio estatal teria o dobro da velocidade de circulação e cobriria um quarto do sistema de pagamentos interno, com o que a capacidade económica aumentaria até um quarto! Daqui reconhece-se que o Regio tem potenciais para uma maior utilização das capacidades disponíveis e uma redução clara da taxa de desemprego.

### **Como é que a moeda ,expresso' pode ser introduzida?**

A moeda Regio estatal pode ser introduzida pelo Parlamento e Governo de um dos Estados em crise. Este texto pode ser consultado em [www.eurorettung.org](http://www.eurorettung.org) em alemão, inglês, português, grego, etc.. Remeta-o por favor pela Europa fora; ele deve ser discutido a todos os níveis e em todos os canais, de modo a chegar por fim às pessoas que o possam implementar.

## Mais informações sobre moedas complementares:

www.regiogeld.de  
www.chiemgauer.info  
www.monnetta.org

### Bibliografia:

**Behrens, Eckard:** Regiogeld für Griechenland, 2011, <http://www.sffo>.

**Buiter, Willem H.:** The Limits to Fiscal Stimulus, Discussion Paper No. 7607, Centre for Economic Policy Research London, December 2009

**Fukao, Mitsuhiro:** The Effects of 'Gesell' (Currency) Taxes in Promoting Japan's Economic Recovery, Hitotsubashi University Research Unit for Statistical Analysis in Social Sciences, 2005.

**Gelleri, Christian:** Regiogeld spieltheoretisch betrachtet, Zeitschrift für Sozialökonomie Nr. 144, 2004.

**Gelleri, Christian:** Theorie und Praxis des Regiogeldes, in: Weis / Spitzeck: Der Geldkomplex, St. Galler Beiträge zur Wirtschaftsethik hrsg. von Peter Ulrich, Band 41, S. 156 - 185, St. Gallen, 2008.

**Gesell, Silvio:** Reformation im Münzwesen, Buenos Aires, 1892.

**Goodfriend, Marvin:** Overcoming the zero bound on interest rate policy, Federal Reserve Bank of Richmond, 2000.

**Großschmidt, Jörg:** Empirische Analyse von Regionalgeld, Diplomarbeit, München, 2006.

**Heine, Jens:** Zur asymmetrischen Transmission einer einheitlichen Geldpolitik, Bochum, 2002.

**Herrmann, Muriel:** Potenziale von Regionalgeld-Initiativen als Multiplikatoren einer nachhaltigen Entwicklung, Lüneburg, Diplomarbeit, 2005.

**Kennedy, Margrit, Lietaer, Bernard:** Regionalwährungen - Auf dem Weg zu nachhaltigem Wohlstand, München, 2004.

**Mankiw, Gregory N.:** It May Be Time for the Fed to Go Negative, in New York Times, 18. April 2009, [http://www.nytimes.com/2009/04/19/business/economy/19view.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2009/04/19/business/economy/19view.html?_r=1)

**Pavlic, David:** A negative nominal interest rate: application and implementation, Masterarbeit, Paris, 2009, [www.turningnegative.free.fr](http://www.turningnegative.free.fr)

**Rogoff/Reinhart:** This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly, 2009

**Stodder, James:** RECIPROCAL EXCHANGE and MACRO-ECONOMIC STABILITY, [http://www.rh.edu/~stodder/Stodder\\_WIR2.htm](http://www.rh.edu/~stodder/Stodder_WIR2.htm), 2005

**Walker, Karl:** Die Technik der Umlaufsicherung des Geldes, Heidelberg, 1952.

## Os autores:

### Christian Gelleri

Tizianstr. 21  
D-83026 Rosenheim  
Alemanha  
Tel.: 0049-08031-4698039  
Fax.: 0049-08031-8873547  
E-Mail: christian@gelleri.com



Christian Gelleri, nascido em 1973, iniciador da moeda regional „Chiemgauer“, influenciou claramente a expansão de moedas Regio(-nais) na Alemanha. Ele é professor diplomado de comércio e economista diplomado. Em 2003, no âmbito da sua actividade de professor de economia na “Freien Waldorfschule” (*‘Escola Waldorf’*) de Chiemgau (*‘Alemanha’*), ele iniciou com seis alunos e alunas o “Chiemgauer“. Hoje em dia o “Chiemgauer“ é a moeda regional de maior volume de negócios e a mais conhecida da Alemanha. Como membro fundador e director da ‘Associação de Moedas Regionais’ ele dispõe de um conhecimento profundo sobre o estado e as perspectivas da moeda regional. Gelleri recebeu distinções da „Tutzinger Stiftung für Umweltbildung“ (*‘Fundação Tutzinger para a Consciência Ambiental’*) e da „Stiftung für Geld- und Bodenreform Bad Boll“ (*‘Fundação para a Reforma Monetária e Agrária Bad Boll’*). Na sua função de ‘presidente do conselho’ da „Sozialgenossenschaft REGIOS eG“ (*‘Cooperativa Social REGIOS Cr<sup>1</sup>’*) Christian Gelleri desenvolveu juntamente com a sua equipa o “Chiemgauer” de um ‘vale-Regio’ para um ‘cartão de pagamentos’, o „e-Chiemgauer“.

### Thomas Mayer

Öschstr. 24  
D-87437 Kempten  
Alemanha  
Tel.: 0049-831-5709512  
thomas.mayer@geistesforschung.org



Em 1995 encarregado do movimento popular bem sucedido „Mehr Demokratie in Bayern“ (*‘Mais Democracia na Baviera’*), com o que se implementaram os referendos nas freguesias e nas cidades bávaras; ex-gestor de „Mehr Demokratie e.V.“ (*‘Mais Democracia a.r.<sup>2</sup>’*) ([www.volksabstimmung.org](http://www.volksabstimmung.org)) e de „Omnibus für Direkte Demokratie“ (*‘Autocarro para a Democracia Directa’*) ([www.omnibus.org](http://www.omnibus.org)).

1) Cr Cooperativa registada 2) a.r. associação registada